Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais: Guiné-Bissau e Portugal

Rosa Cabecinhas* e Nesilita Nhaga**

Resumo: Frequentemente as memórias de conflitos passados constituem um entrave ao diálogo entre grupos e comprometem as suas relações futuras. A boa gestão das memórias colectivas constitui um elemento crucial para o sucesso dos processos de reconciliação e para a possibilidade de um efectivo diálogo com o 'outro'.

Nesta comunicação, iremos discutir o papel das memórias do passado colonial na estruturação das narrativas identitárias pós-coloniais a partir dos resultados preliminares de uma investigação empírica sobre identidade e representações da história que decorreu na Guiné-Bissau e em Portugal. Iremos examinar as representações de guineenses e portugueses sobre o período colonial e as emoções associadas a essas representações. Analisaremos o papel da identidade social na ancoragem das representações do passado e o seu impacto na forma como são perspectivadas as futuras relações entre as ex-potências coloniais europeias e as ex-colónias africanas.

Palavras-chave: memória social, identidade social, representações sociais, colonização

* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Email: cabecinhas@ics.uminho.pt

** Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Email: nesilita28@gmail.com

1. Memória social, conflito e diálogo

> A nossa luta não é uma luta de ódio. A nossa luta não é uma luta contra os portugueses.
> Nós lutamos para libertar a nossa terra do colonialismo português.
> Nós lutamos para fazer uma terra livre, onde todos os homens possam viver em paz.
>
> Amílcar Cabral (1966)

Em 2007, a jornalista portuguesa Diana Andringa e o cineasta guineense Flora Gomes realizaram em conjunto um filme-documentário sobre a guerra colonial na Guiné-Bissau. *As duas faces da Guerra* foi rodado ao longo de seis semanas e inclui uma série de entrevistas e depoimentos de pessoas que vivenciaram esse período desempenhando papéis diferentes. Durante essas seis semanas, os realizadores percorreram várias regiões na Guiné e estiveram em Cabo Verde e Portugal[1]. Trata-se de um raro exercício de contar a história a 'duas vozes', de um conflito que tem sido contado de modo muito diferente nos livros de história dos dois países, constituindo um excelente exemplo de reconstrução da memória de um conflito através do diálogo entre as diversas partes envolvidas.

Em entrevista, Diana Andringa explica o título do documentário "a nossa ideia era serem as duas faces em vários sentidos... por um lado, os guineenses e cabo-verdianos – lado PAIGC – e o lado das tropas portuguesas, mas por outro, o lado do conflito e o lado da amizade, porque durante todo o tempo de Guerra houve pessoas que mantiveram a amizade com o lado contrário, e a nós interessava-nos (...) a ideia de que esta Guerra, para além de ter dois lados de várias formas, terminou com uma dupla vitória, o que não é costume nas guerras: porque termina com o 25 de Abril para Portugal e a independência para a Guiné e Cabo Verde, por isso de uma forma geral todos acabamos vencedores nesta Guerra"[2].

Tema tabu durante muito tempo na sociedade portuguesa, recentemente assistiu-se à produção de vários trabalhos audiovisuais sobre a Guerra, o que suscitou algum debate público. A série televisiva *A Guerra*, da autoria do jornalista Joaquim Furtado, cuja primeira série de episódios foram transmitidos na RTP de 1 de Outubro a Dezembro de 2007, foi distinguida com o Grande Prémio Gazeta, atribuído pelo Clube dos Jornalistas. Na opinião do júri, a série documental de Joaquim Furtado assume-se "de forma incontroversa como um tra-

[1] O documentário foi exibido no DocLisboa 2007 e na 2.ª Mostra do Documentário Português, de 15 a 24 de Fevereiro de 2008 em Lisboa. Foi também exibido em Bissau, nomeadamente aquando da realização do Simpósio Internacional de Guiledje, de 1 a 7 de Março de 2008, no qual estiveram presentes ambos os realizadores, e que contou com a participação de diversas personalidades e ex-combatentes guineenses e portugueses http://www.fmsoares.pt/aeb/Dossier10/osimposio.asp. A crítica, tanto em Portugal como na Guiné, foi muito positiva.

[2] http://www.youtube.com/watch?v=X5VPOuDiIQQ&feature=related; visionado a 30/05/2008.

balho jornalístico de excepcional qualidade", constituindo "um inestimável contributo para a recuperação da nossa memória colectiva, num tempo em que vários factores e vontades se conjugam para a tentativa do seu apagamento" (*in Público*, 17.06.2008).

Escassos meses antes do anúncio deste prémio, foram divulgadas as conclusões de um painel de historiadores que examinaram a primeira parte da série *A Guerra*. Apesar de a elevada qualidade desta série documental ser amplamente reconhecida, dos excertos do debate publicados pode constatar-se a falta de consenso sobre a questão lançada: Será que a série *A Guerra* deve ir às escolas? Para uns é demasiado cedo, para outros o tema é obsoleto. Assim, por exemplo, José Medeiros Ferreira refere: "A guerra colonial é um tema obsoleto. Ou seja: sempre que se falar da guerra colonial, Portugal está a recuar. (...) A guerra colonial envenenou a sociedade portuguesa. É por isso que o programa tem essa ambivalência. Nós sabemos que o veneno ainda corre nas veias da sociedade portuguesa. Uns procuram o antídoto; outros procuram o reforço da dose." Em contrapartida, Valentim Alexandre defende que "A guerra colonial é um veneno mas tudo passa pela forma como tratamos o veneno. Ou escondemos o frasco, dizendo 'fica para ali e ninguém toca'; ou vamos abri-lo e debater as questões. É assim que no sentido psicanalítico se faz o luto e se conseguem resolver os traumas. O que interessa é que não fiquem frascos destes no armário" (*in Público*, 08.03.2008).

É precisamente porque partilhamos a opinião de que o passado colonial e a 'guerra do Ultramar' não devem ser temas-tabu, que decidimos estudar as representações de jovens guineenses e portugueses sobre o passado e as suas visões do futuro das relações entre ex-colonizadores e ex-colonizados.

As heranças do colonialismo continuam bem visíveis a vários níveis e não é 'escondendo o frasco' que se contribui para 'descolonizar' o nosso pensamento. De facto, apesar de estarmos em termos temporais num período que se convencionou chamar 'pós-colonial', a descolonização não estará completa enquanto perdurarem visões do mundo profundamente eurocêntricas. Nesse sentido, urge questionar as narrativas dominantes e 'descentrar' o nosso conhecimento do mundo (*e.g.*, Santos, 2001) para podermos empreender um efectivo diálogo com o 'Outro'.

Neste trabalho examinamos os resultados preliminares de dois estudos empíricos realizados junto de jovens na Guiné-Bissau e em Portugal. O primeiro teve como objectivo estudar as representações dos jovens sobre a história universal e sobre a história nacional dos respectivos países. O segundo teve como objectivo analisar as representações sobre o processo de colonização e as atitudes face às relações presentes e futuras entre as ex-potências coloniais europeias e as ex-colónias africanas.

Estes estudos foram realizados no âmbito de dois projectos de investigação mais amplos, um dos quais visa analisar criticamente a 'lusofonia' enquanto

área cultural e enquanto construção simbólica, envolvendo os oitos países de língua oficial portuguesa (*e.g.*, Martins, Sousa e Cabecinhas, 2006; Évora e Sousa, 2008); o outro pretende analisar as representações da história universal em países pertencentes a diversas zonas linguísticas e geográficas, envolvendo actualmente cerca de trinta países em todos os continentes (*e.g.*, Liu *et al.*, 2008; Paez *et al.*, 2008).

Na opinião de Helena Sousa, a lusofonia "é um espaço geo-linguístico altamente fragmentado, um sentimento pleno de contradições, uma memória de um passado comum, uma cultura múltipla e uma tensa história partilhada. Para além do património simbólico em permanente disputa, a Lusofonia integra ainda instituições cujos objectivos políticos são também eles próprios difusos e – não raramente – contraditórios e mesmo conflituosos" (2006: 9).

Por seu turno, Maria Manuel Baptista considera que "a lusofonia sinaliza e encobre em Portugal o lugar do verdadeiramente 'não-dito', uma espécie de espaço fantasmático da nossa cultura, apesar de paradoxalmente tanto se utilizar este conceito" (2006: 24). Segundo a autora, verifica-se em Portugal uma estratégia de 'esquecimento activo' de alguns dos aspectos fundamentais da história colectiva que ligam Portugal aos demais países de língua oficial portuguesa. "Um tal 'buraco negro' é desde logo assinalado pela ausência de estudos em quantidade e qualidade que possam devolver-nos a imagem da nossa história comum, uma narrativa já não dominada pela ideologia imperial, mas que recupere os diversos lados da História e das Histórias que há para contar" (Baptista, 2006: 24).

Um dos objectivos que norteou os estudos que aqui apresentamos foi precisamente recuperar 'os diversos lados da História', as diversas narrativas sobre a relação entre estes povos, 'dar voz' às diversas histórias que há para contar, uma vez que na nossa opinião, não há uma história, mas sim versões da história, que correspondem a reconstruções do passado, em permanente reconfiguração em função das vivências do presente. Assim, verifica-se uma dialéctica entre passado e presente, sendo que as representações sobre o passado modelam as relações entre os grupos no presente, assim como a situação presente contribui para novas elaborações e interpretações do passado. Como salientam Liu e Hilton, as narrativas do passado desempenham um papel fundamental na definição das identidades nacionais e nas perspectivas sobre o futuro das relações internacionais, por um lado, e das relações dos diversos grupos dentro da nação, por outro:

> History provides us with narratives that tell us who we are, where we came from and where we should be going. It defines a trajectory which helps construct the essence of a group's identity, how it relates to other groups, and ascertains what its options are for facing present challenges. A group's representation of its history will condition its sense of what it was, is, can and should be, and is thus central

> to the constructions of its identity, norms, and values. Representations of history help to define the social identity of peoples, especially in how they relate to other peoples and to current issues of international politics and internal diversity. (2005: 537)

Estudar as narrativas nacionais exige um esforço de articulação entre diversos níveis de análise (Doise, 1992) e abordagens teóricas (*e. g.*, Laszlo, 2003; Sobral, 2006), de modo que nos parece essencial uma articulação dos contributos da Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1981/1983) e da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1998). Nos últimos anos alguns autores deram contributos significativos para esta articulação, mas esses trabalhos são ainda muito escassos.

Licata, Klein e Gély (2007) oferecem um promissor quadro de análise do papel da memória colectiva nas relações intergrupais. Segundo os autores, a memória colectiva desempenha quatro funções identitárias: a definição da identidade do grupo de pertença; a distintividade positiva (que resulta de comparações favoráveis entre o grupo de pertença e o grupo dos outros em dimensões consideradas relevantes); a justificação dos actos do grupo de pertença (processo de legitimação de comportamentos passados, presentes ou futuros); e a mobilização colectiva (quando grupos minoritários contestam activamente a legitimidade de dado sistema social vigente, no sentido de promover a mudança social).

A teoria da identidade social constitui um contributo fundamental para a compreensão das consequências psicológicas da pertença a um dado grupo, consequências essas que estão directamente ligadas à inserção desse grupo numa determinada estrutura de relações intergrupais, já que os grupos, tal como os indivíduos, não existem num *vacuum* social. Na acepção de Henri Tajfel (1981), a identidade social de um indivíduo resulta do reconhecimento da sua pertença a certos grupos sociais e ao significado emocional atribuído a essas pertenças.

Na compreensão das dinâmicas identitárias é necessário ter em conta que cada indivíduo pertence simultaneamente a vários grupos (por exemplo, português ou guineense, homem ou mulher, etc.), sendo que a saliência das diversas pertenças grupais depende do contexto e das posições relativas dos grupos numa dada estrutura social (e.g., Deschamps, 1982; Lorenzi-Cioldi, 2002).

A teoria das representações sociais contribuiu para o reconhecimento da importância dos processos comunicativos na forma como determinado grupo constrói a realidade. As representações sociais constituem uma modalidade de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, construída através dos processos de comunicação informais e mediáticos, contribuindo para a percepção de uma realidade comum a um determinado grupo e que serve como guia da acção desse grupo (Moscovici, 1998).

Alguns autores têm sublinhado a influência das posições assimétricas dos grupos, tanto nos discursos sobre esses grupos como nas identidades sociais por eles criadas (*e. g.*, Amâncio, 1998; Cabecinhas, 2007). Todos os indivíduos são activos na construção das suas representações; no entanto a estrutura social determina que nem todos têm igual margem de liberdade no processo de negociação das representações. Por outro lado, embora as representações estejam em permanente mutação, a apropriação de novos elementos segue uma lógica profundamente 'sociocêntrica' (Moscovici, 1998), que serve sobretudo os interesses dos grupos dominantes (Cabecinhas e Amâncio, 2003).

Na nossa perspectiva, a memória social corresponde a um conjunto de representações sociais sobre o passado, que são partilhadas no seio de determinado grupo. Recordar algo é muito mais do que simplesmente reproduzir factos, trata-se de um processo de reconstrução selectivo e parcial que depende das pertenças e redes sociais dos indivíduos (Cabecinhas, Lima e Chaves, 2006). Reconhecer o carácter social da memória (Halbwachs, 1925/1994, 1950/1997) não pressupõe esperar uma uniformidade nas recordações dentro de cada grupo, uma vez que cada indivíduo recorda factos diferentes em função das suas trajectórias e vivências pessoais.

Um aspecto importante a salientar é que a memória social não é terreno neutro nem anódino. As imagens do passado tanto podem servir para legitimar uma dada ordem social, reforçando o *statu quo*, como para contestar activamente essa ordem. Assim, a memória social pode ser entendida como um 'campo de disputa' entre grupos (Cunha, 2006). Tal é particularmente visível quando nos debruçamos sobre as representações da história de cada nação. A forma como dentro de cada nação se representa a história é fundamental na construção das identidades nacionais. O modo dominante como cada nação interpreta o seu passado determina a forma como se posiciona no presente e as suas estratégias para o futuro.

Um mesmo conflito histórico passado é geralmente recordado de forma diferente em função dos papéis desempenhados. Por exemplo, o grupo que foi vítima de uma injustiça histórica tende a enfatizar o peso dessa injustiça de modo a alcançar reparações morais ou políticas, enquanto o grupo que cometeu essa injustiça tende a 'esquecer', ou seja, silenciar activamente esse passado de forma a proteger a sua auto-estima e evitar os custos associados à reparação (Licata *et al.*, 2007). Assim, o trabalho sobre a memória histórica assume um papel fundamental no restabelecimento da justiça social e é essencial para a verdadeira reconciliação entre grupos.

As questões que orientaram esta pesquisa foram as seguintes: Que imagens têm os jovens de hoje do passado colonial? Quais os significados e as emoções associados a esse passado? De que forma os conflitos que opuseram o país colonizador e o país colonizado são recordados pelos jovens de ambos os países? Serão esses conflitos esquecidos, silenciados ou reforçados?

O objectivo específico dos estudos que aqui apresentamos é analisar as representações sociais da história construídas pelos jovens guineenses e portugueses e as emoções associadas a essas representações. Como referimos anteriormente, quando nos debruçamos sobre os grupos nacionais, é necessário ter em conta que cada nação é um grupo heterogéneo, constituído por uma grande diversidade de indivíduos, com diferentes percursos e experiências de vida e pertencendo a grupos com diferentes posicionamentos na estrutura social. Neste sentido, alertamos desde já que não pretendemos generalizar os resultados à população em geral, mas apenas abordar de forma exploratória o impacto das pertenças nas representações da história.

Neste trabalho discutimos brevemente alguns dos resultados de inquéritos realizados junto de jovens nos dois países. Em ambos os contextos foram utilizados os mesmos procedimentos de recolha e de tratamento de dados, de modo a permitir análises comparativas. Após a realização de entrevistas exploratórias foram desenhados os questionários que serviram de base aos estudos aqui apresentados. Os questionários, com adaptações de conteúdo e de linguagem em função do país de recolha de dados, foram pré-testados junto de jovens guineenses e portugueses.

Os dados que iremos apresentar foram recolhidos em Portugal e na Guiné-Bissau, entre Outubro de 2003 e Março de 2008[3]. Nenhum dos inquiridos portugueses declarou ter vivido ou visitado países africanos. Em contrapartida, 4,6 % dos inquiridos guineenses declararam ter visitado Portugal.

Em Portugal todos os inquiridos declararam como língua materna o português. Na Guiné-Bissau verificou-se uma grande heterogeneidade de línguas maternas declaradas pelos inquiridos: crioulo (44%), manjaca (14%), fula (10%), mancanha (9,5%), papel (7%), balanta (7%), mandiga (3%), bijagós (3%), beafada (2,5%), português (1%), felupe (0,5%), mansonca (0,5%). Na sua maioria, os jovens guineenses referiram falar duas ou três línguas *étnicas*. Todos os inquiridos declararam falar crioulo (44% como língua materna e os outros como segunda ou terceira língua). O português foi mencionado como segunda, terceira ou quarta língua por 99% dos inquiridos[4].

Por seu turno, os inquiridos portugueses mencionaram como segunda ou terceira língua outras línguas europeias (inglês, espanhol, francês ou alemão).

A grande diversidade de línguas faladas pelos inquiridos é um espelho da situação linguística na Guiné: um país com uma língua oficial – o português

[3] Na Guiné-Bissau os dados foram recolhidos na Universidade Amílcar Cabral e na Universidade Colinas de Boe. Em Portugal os dados foram recolhidos na Universidade do Minho. Agradecemos a todas as pessoas que directamente ou indirectamente colaboraram na recolha de dados e a todos os jovens que responderam aos questionários em ambos os países.

[4] Embora tenhamos adoptado exactamente o mesmo procedimento de recolha de dados em ambos os países, a tarefa foi mais difícil para os participantes guineenses, tanto nas perguntas abertas, devido a limitações de vocabulário em português, como nas respostas em escalas fechadas, devido à sua menor familiarização com este tipo de escalas.

– e uma língua nacional – o crioulo – e mais de uma vintena de línguas *étnicas* e respectivos dialectos (sobre a situação linguística na Guiné, ver por exemplo Bull, 1989).

2. As representações históricas dos jovens

> Eu quero dizer-vos, amigos portugueses, que queríamos, gostaríamos imenso que na altura da libertação da nossa Pátria, Portugal pudesse estar livre também do fascismo, para então, marcharmos juntos, viver como povos livres, independentes, mas amigos, irmãos, com direitos e deveres iguais, colaborando ao máximo para fazer uma vida digna, uma vida de progresso, de paz e felicidade para toda a gente nas nossas terras.
>
> Amílcar Cabral (1966)

Como referimos anteriormente, neste trabalho examinamos os resultados de um inquérito realizado junto de jovens em dois países, cuja história foi marcada por uma longa relação de interdependência: Guiné-Bissau e Portugal. Embora tratando-se de um trabalho sobre as 'percepções da história' e não sobre 'História', parece-nos pertinente efectuar uma brevíssima contextualização histórica. Para essa contextualização fomos averiguar de que forma cada um dos dois países relata a sua história nacional nas páginas oficiais dos respectivos governos, nomeadamente, fomos averiguar como é contada a história da relação entre os dois países.
Na secção de história da página oficial do Governo da República da Guiné-Bissau (http://www.republica-da-guine-bissau.org; consultada a 30 de Abril de 2008), o relato da história nacional começa da seguinte forma:

> The rivers of Guinea and the islands of Cape Verde were among the first areas in Africa explored by the Portuguese in the 15th century. Portugal claimed Portuguese Guinea in 1446, but few trading posts were established before 1600. In 1630, a 'captaincy-general' of Portuguese Guinea was established to administer the territory. With the cooperation of some local tribes, the Portuguese entered the slave trade and exported large numbers of Africans to the Western Hemisphere via the Cape Verde Islands. Cacheu became one of the major slave centers, and a small fort still stands in the town.

Assim, a história da Guiné começa a ser contada a partir da chegada dos portugueses ao território, sendo omitida a história anterior a essa chegada. É dado considerável destaque ao tráfico de escravos. Mais à frente, conta-se a dificuldade dos portugueses em 'subjugar' o interior do território no início do século XX, sendo a subjugação das ilhas Bijagós alcançada, depois de 30 anos de lutas, em 1936. De seguida conta-se o desenrolar da luta pela libertação:

> In 1956, the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC) was organized clandestinely by Amilcar Cabral and Raphael Barbosa. The PAIGC moved its headquarters to Conakry, Guinea, in 1960 and started an armed rebellion against the Portuguese (...). Amilcar Cabral was assassinated in Conakry in 1973, and party leadership fell to Aristides Pereira, who later became the first president of the Republic of Cape Verde. The PAIGC National Assembly met at Boe in the southeastern region and declared the independence of Guinea-Bissau on September 24, 1973. Following Portugal's April 1974 revolution, in which also national hero and PAIGC member Teodora Inacia Gomes participated, it granted independence to Guinea-Bissau on September 10, 1974.

Por sua vez, na secção sobre a história no Portal do Governo da República Portuguesa (http://www.portugal.gov.pt; consultado a 30 de Abril de 2008) é dado considerável destaque ao período dos descobrimentos e à expansão portuguesa. Referem-se as rotas portuguesas no Atlântico e as várias 'descobertas'. Nenhuma referência explícita é efectuada sobre a Guiné-Bissau nem sobre o tráfico de escravos. Em contrapartida, enfatizam-se as relações económicas e políticas com os povos africanos e o contributo dos portugueses para o desenvolvimento científico na época:

> Ao longo de todo o século [XV] a expansão marítima continua e ganha uma importância económica, política, intelectual e espiritual cada vez maior. As viagens sistemáticas pela orla do continente africano (...) descobrem para a Europa um novo mundo, apenas conhecido pelas memórias dos romanos (havia mil anos atrás) e pelos contactos com os povos do Norte de África. Portugal estabelece feitorias comerciais e relações políticas com os Estados que encontra, mantendo com as zonas onde estes não existem contactos mais esporádicos. O Continente passa então a funcionar como grande placa giratória do comércio internacional entre a África e a Europa. (...) Na Europa, pela acção de Portugal, abrem-se novos campos a vários tipos de conhecimento. No início do século XVI, Portugal domina os oceanos Atlântico e Índico, alcançando também o Pacífico Norte. (...) Lisboa torna-se então o maior empório comercial do mundo, e o modo de vida de Portugal baseia-se no comércio pela primeira vez global. (...) A ciência produzida em Portugal dita então leis na Europa.

No que respeita ao fim do império colonial, refere-se que durante o Estado Novo:

> Portugal procurou preservar a sua herança colonial contrariando a tendência dos tempos, mantendo uma longa guerra em três frentes que impediu o desenvolvimento económico, intelectual e científico. O fim da mais longa ditadura da história da Europa Ocidental chegou em 25 de Abril de 1974, quando o Movimento das Forças Armadas reinstaurou o regime democrático. (Portal do Governo da República Portuguesa; consultado a 30/04/2008)

Constatamos, assim, que as páginas oficiais de ambos os países referem o 25 de Abril de 1974 como o momento de viragem, que assinala o fim da guerra entre Portugal e as suas antigas colónias africanas. As negociações para o reconhecimento da autonomia dos diversos territórios começaram de imediato. A Guiné-Bissau, cuja independência tinha sido proclamada unilateralmente em 24 de Setembro de 1973, foi a primeira ex-colónia africana a ver reconhecida a sua independência, a 10 de Setembro de 1974.

Uma vez efectuado este breve enquadramento, vamos apresentar resumidamente os procedimentos metodológicos e os resultados dos estudos efectuados na Guiné-Bissau e em Portugal. Neste trabalho iremos dar especial atenção às percepções da história nacional da Guiné-Bissau, uma vez que os resultados obtidos em Portugal já foram apresentados previamente (Cabecinhas *et al.*, 2006). Assim, iremos apenas recordar alguns dos aspectos fundamentais, nomeadamente as evocações sobre a colonização e descolonização.

À semelhança do que fizemos em trabalhos anteriores, convém desde já alertar o leitor para o facto de as amostras não serem representativas, uma vez que se trata apenas de analisar as percepções de jovens estudantes universitários em ambos os países. Salientamos ainda que os resultados são situados no tempo, sendo extremamente dependentes da agenda política e mediática no momento de recolha de dados.

Participaram nestes estudos 292 estudantes universitários, 174 guineenses (43 do sexo feminino e 131 do sexo masculino; idade média = 24 anos) e 118 portugueses (70 do sexo feminino e 48 do sexo masculino; idade média = 21 anos).

A aplicação do questionário foi efectuada colectivamente em sala de aula. Os estudantes foram convidados a participar num estudo internacional sobre história, sendo-lhes explicado que neste estudo o que interessava era a sua *opinião* pessoal sobre a história e não o seu nível de conhecimentos.

No que respeita às questões sobre a história nacional, pedia-se aos participantes para listarem os cinco acontecimentos que consideravam mais relevantes na história nacional (Guiné-Bissau ou Portugal, conforme o país de recolha de dados). Uma vez efectuada a listagem, os participantes deveriam avaliar o impacto (positivo ou negativo) de cada um desses acontecimentos e indicar as emoções que associavam a cada acontecimento. Em seguida, solicitava-se aos participantes para listarem as cinco personalidades que consideravam terem sido mais relevantes na história nacional. Uma vez efectuada a listagem, os participantes deveriam avaliar o impacto de cada uma das personalidades e indicar as emoções que associavam a cada personalidade.

De salientar que a evocação de acontecimentos e de personalidades era completamente livre, já que não era fornecida qualquer listagem prévia. As emoções relativas aos acontecimentos e personalidades foram também recolhidas de forma aberta. Já os níveis de impacto foram medidos através de escalas de sete pontos (1 = muito negativo; 7 = muito positivo). Nas secções seguintes ire-

mos apresentar e discutir sumariamente os resultados obtidos no que respeita às representações da história nacional.
Por limitações de espaço, nas tabelas de resultados estão indicados apenas os dez acontecimentos ou personalidades considerados mais importantes (*Top 10*) pelos inquiridos. No entanto, sempre que se justifique faremos referência ao longo do texto a outros acontecimentos ou personalidades evocados. De salientar ainda que na designação dos acontecimentos ou personalidades será adoptada a terminologia mais frequentemente referida. Em alguns casos, foi apenas indicada a data do acontecimento e não a sua designação. A Tabela 1 apresenta os dez acontecimentos mais referidos pelos jovens guineenses.

Tabela 1 – História da Guiné-Bissau: os acontecimentos mais referidos

ACONTECIMENTOS	%	IMPACTO
Guerra civil – 7 Junho 1998	86,21	1,39
Guerra da libertação	45,98	4,68
Declaração da independência da Guiné – 24 Setembro 1973	44,25	6,90
Golpe de 14 Novembro 1980	36,21	2,61
Massacre de Pindjiguiti – 3 Agosto 1959	30,46	2,16
Democracia – Primeiras eleições democráticas em 1994	29,88	5,40
Reeleição de Nino Vieira em 2005	16,09	3,54
17 Outubro 1986	12,64	1,35
Morte de Amílcar Cabral – 20 Janeiro 1973	12,07	1,80
Instabilidade política, constante queda dos governos	12,07	1,15

Nota: % = percentagem de evocação espontânea. Escala de impacto: 1= muito negativo; 7 = muito positivo.

Como podemos verificar na Tabela 1, os acontecimentos mais mencionados pelos inquiridos estruturam-se à volta de dois eixos fundamentais, por um lado, os factos relacionados com a luta pela libertação nacional e a conquista da independência da Guiné-Bissau e, por outro, os conflitos políticos internos que marcaram a história da Guiné-Bissau depois da independência.
O conflito político-militar de 7 de Junho de 1998 ocupa o primeiro lugar da tabela, tendo sido espontaneamente evocado por 86,21% dos inquiridos. A guerra de '7 de Junho de 1998', como é vulgarmente conhecida, começou por ser uma revolta dos militares contra o regime de João Bernardo (Nino) Vieira, protagonizada pelo Brigadeiro Ansumane Mané, e durou quase um ano. Esta

revolta militar conduziu a Guiné-Bissau para uma instabilidade social e política que persiste até aos dias de hoje. A guerra de '7 de Junho de 1998' foi considerada pelos inquiridos como um dos acontecimentos mais negativos da história da Guiné (média de impacto: M=1,39), estando associada maioritariamente a sentimentos de *revolta*, *frustração* e *tristeza*.

A luta armada pela independência nacional foi o segundo acontecimento mais referido (45,98%), sendo logo seguida da proclamação de independência a 24 de Setembro de 1973 (44,25%). Durante mais de quatro séculos, o povo da Guiné viveu sob o domínio colonial português. A proclamação de independência foi considerada pelos inquiridos como o acontecimento mais positivo na história da Guiné (M=6,9), suscitando *orgulho* e *alegria*.

Em contrapartida, a guerra da libertação suscita avaliações muito díspares – entre os inquiridos que mencionaram espontaneamente este acontecimento, 31% consideram-no muito negativo e 54% consideraram-no muito positivo, sendo que os restantes se distribuíram ao longo da escala, o que conduziu a uma média de impacto positiva, mas muito próxima do ponto neutro (M=4,68). A guerra de libertação está associada a emoções também elas de tonalidade muito diversa, desde o *orgulho* e *alegria* até à *revolta* e *frustração*. Uma das leituras possíveis é que as pessoas consideram que o processo de descolonização poderia ter sido pacífico, evitando assim as perdas humanas. Esta ambivalência nos resultados pode também dever-se ao facto de alguns participantes pensarem na guerra em si, nas perdas humanas e no sofrimento que acarretou, enquanto outros se focalizam na consequência da guerra: a libertação da Guiné-Bissau do domínio colonial português[5].

O quarto acontecimento mais mencionado foi o golpe de Estado de 1980 (36,2%; M=2,61), que depôs o então Presidente da República, Luís Cabral, meio-irmão de Amílcar Cabral. Este acontecimento foi avaliado como negativo e suscitou nos inquiridos *frustração* e *revolta*. Com a morte de Amílcar Cabral e uma vez terminada a guerra da libertação em 1974, Luís Cabral assumiu a presidência, tornando-se o primeiro chefe de Estado da Nação guineense. No final da década de 70 era reconhecido que muitos dos objectivos definidos pelo movimento de libertação não tinham sido ainda alcançados. Esta constatação de crise do Estado guineense e a degradação das relações dentro do PAIGC, evoluíram para uma contestação interna que culminou com o golpe de Estado – denominado *Movimento Reajustador* – que derrubou Luís Cabral em 1980. O antigo combatente Nino Vieira, actual presidente da República, liderou o golpe, tendo assumido o poder desde então. Apenas o conflito militar de 1998 acabaria por afastá-lo da presidência, regressando seis anos depois.

[5] De referir que o 'Primeiro Tiro' (23 de Janeiro de 1962), que marcou o início da luta armada, é mencionado por 5,75% dos participantes, sendo encarado como um acontecimento positivo (M = 5,8), suscitando *orgulho* e *alegria*. De referir ainda, que em Bissau há uma escola que se chama Escola Secundária 23 de Janeiro, em honra a essa data e todos os anos há comemorações nesse dia na referida escola.

O Massacre de Pindjiguiti é mencionado por 30,46% dos inquiridos, sendo considerado como um acontecimento bastante negativo (M=2,16). No dia 3 de Agosto de 1959, um grupo de marinheiros e trabalhadores do porto de Pindjiguiti decidiram fazer greve, exigindo melhores condições de trabalho e salariais. Os colonos portugueses responderam com armas de fogo, matando dezenas de trabalhadores que não tinham as mesmas armas para ripostar. Documentos escritos por Amílcar Cabral, enquanto Secretário-Geral do PAIGC, referem este acontecimento como um dos determinantes para a decisão de avançar com a luta armada contra o colonialismo[6].

O sexto acontecimento mais citado foi a entrada da Guiné-Bissau na democracia (22,41%), suscitando nos inquiridos emoções positivas. Em 1994, o povo guineense testemunhou as primeiras eleições livres e multipartidárias. Após a independência da Guiné-Bissau o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) foi o partido único até ao início dos anos noventa. A entrada de vários partidos na vida política do país foi encarada como um passo decisivo na abertura à democracia. No entanto, apesar do multipartidarismo, ao longo de 18 anos o PAIGC deteve sempre o maior número de assentos parlamentares e Nino Vieira foi o único presidente da República entre 1980 e 1998.

O descontentamento dos militares em Junho de 1998 mergulhou o país numa guerra civil e Nino Vieira viu-se obrigado a pedir auxílio em Portugal. A sua reeleição em 2005 foi o sétimo acontecimento mais mencionado pelos inquiridos (16,09%, M=3,54), sendo este acontecimento encarado de forma diversa. A maior parte encara-o de forma negativa, enquanto outros, pelo contrário, vêem nele uma possibilidade de garantia de paz e estabilidade, daí que a média de impacto deste acontecimento esteja próxima do ponto neutro.

Um dos acontecimentos que chocou o país e cujo impacto foi considerado muito negativo (12,64%, M=1,35) foi o fuzilamento de um grupo seis de pessoas, entre as quais o então Vice-Presidente, Paulo Correia, a 17 de Outubro de 1986, por alegada tentativa de golpe de Estado contra Nino Vieira. Foram julgados e condenados por um tribunal militar, não obstante os pedidos da Amnistia Internacional e demais movimentos e organizações humanitárias.

A fechar a Tabela 1, encontram-se dois acontecimentos também considerados muito negativos. A morte de Amílcar Cabral (12,07%, M=1,8) foi considerada

[6] 'Depois do massacre do Cais de Pijiguiti (Bissau, 3 de Agosto de 1959), no qual militares e civis portugueses mataram a tiro dezenas de trabalhadores guineenses em greve, uma onda de repressão e de terror, planeada e comandada pela PIDE, veio tornar ainda mais dura a vida e a luta do povo da Guiné. A par disso, a Administração colonial conseguiu, com o aumento da exportação do arroz, criar mais uma arma de opressão – a fome – que castiga actualmente uma grande parte do povo guineense' (Cabral, 1960). Neste documento Amílcar Cabral refere ainda acreditar na possibilidade de uma saída pacífica, mas salienta a urgência de uma série de medidas que o governo português deveria efectuar para evitar a guerra, o que não veio acontecer. Uns anos mais tarde, aos microfones da emissora 'A voz da liberdade' Cabral dirige-se aos soldados e ao povo português, reafirmando a vontade de paz e a necessidade da guerra para alcançar a liberdade: 'Nós somos contra a guerra (...). Nós queremos a paz, nós não amamos a guerra, mas é precisa a guerra, para liquidar a dominação colonial estrangeira na nossa terra. Fâ-lo-emos!' (Cabral, 1966: 8).

como um dos acontecimentos mais negativos na história da Guiné-Bissau, suscitando nos inquiridos *frustração* e *tristeza*.

A instabilidade política, com as sucessivas quedas de governo, foi mencionada como sendo um acontecimento muito negativo (12,07%, M=1,15). A instabilidade política é uma situação actual e recorrente, impedindo a tão almejada tranquilidade e desenvolvimento. Apesar da sua actualidade, a instabilidade política é mencionada por apenas 12% dos inquiridos enquanto a guerra civil de '7 de Junho de 1998' é mencionada por 86%. Assim, para os inquiridos a guerra civil é o acontecimento mais crucial. As consequências desse período estão ainda bem frescas, não só nas memórias dos inquiridos, mas também na actual situação que o país atravessa[7].

Muitas pessoas tinham encarado o conflito político militar de 1998 como uma saída para a situação do país. Entretanto, com o fim da guerra, novos conflitos surgiram que acabariam por levar à morte do principal rosto do levantamento militar de '7 de Junho', Ansumane Mané, e à formação de novos governos. As imagens que circularam nos *media*, os relatos individuais e as perdas verificadas – todas as famílias tinham perdido alguém, ainda que fosse um amigo – fazem com que o '7 de Junho de 1998' fosse um dos episódios considerados como tendo maior impacto negativo na história da Guiné-Bissau.

Assim, a guerra da libertação perde alguma visibilidade perante a guerra de '7 de Junho de 1998' que é mais recente e que os jovens testemunharam directamente. No caso do colonialismo, as percepções foram construídas a partir de partilhas de informações entre os vários grupos sociais e etários, e das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação social, onde a rádio tem um papel predominante[8]. Com efeito, os jovens que participaram neste estudo ainda não tinham nascido aquando do processo de descolonização, de modo que as suas representações dependem muito da forma como a sociedade olha para si mesma e da transmissão de informação e partilha de emoções entre gerações. Em contrapartida, em relação ao '7 de Junho de 1998', a maioria das representações foi construída a partir de experiências directas. Todos sentiram, na primeira pessoa, os efeitos do conflito. O mesmo se verifica com os acontecimentos resultantes da instabilidade política.

Verifica-se uma grande focalização dos inquiridos nas últimas décadas da história da Guiné-Bissau. A intensidade do efeito de recência observado pode dever-se à grande instabilidade política e conturbada história recente, que suscita intensas emoções nos inquiridos, conduzindo a um relativo 'esquecimento' dos acontecimentos mais remotos.

A história anterior à chegada dos portugueses é completamente esquecida. A 'colonização' é referida por sete participantes (4,02%; M=2,25), a 'descoberta

[7] Desde 1998 a Guiné-Bissau nunca mais conseguiu cimentar a desejada estabilidade política, sendo que em 10 anos já houve quatro presidentes de República e muitos governos. Sobre a evolução política recente na Guiné-Bissau, ver por exemplo: Koudawo, 2001; Sangremanet *et al.*, 2006.

[8] Sobre os meios de comunicação social na Guiné-Bissau, ver por exemplo: Évora e Sousa, 2008.

da Guiné' é referida por um participante (0,57%), assim como a 'invasão portuguesa'. A 'venda de escravos' é referida por apenas um participante e não se verificam quaisquer outras referências à problemática da escravatura no contexto da história da Guiné-Bissau.

No entanto, é de salientar que tal problemática está extremamente saliente nas respostas às questões que foram colocadas sobre a história da humanidade. Assim, quando confrontados com a questão 'Se tivesse que contar a história mundial, por qual acontecimento começaria?' a maioria dos participantes guineenses mencionou que começaria pela 'escravatura' ou 'tráfico negreiro' ou a 'abolição da escravatura'. Em contrapartida, quando confrontados com a mesma questão, grande parte dos inquiridos portugueses referiu os 'descobrimentos portugueses' e apenas um fez referência à questão da escravatura.

No que respeita às representações da história nacional, o 25 de Abril de 1974 (80,5%; M=6,6) foi o acontecimento mais evocado pelos inquiridos portugueses, sendo avaliado de forma muito positiva e associado a emoções de *alegria*, *orgulho* e *felicidade*. Em contrapartida, o Estado Novo (30%; M=2,2) foi avaliado como muito negativo e associado a *revolta* e *frustração*. Assim, os acontecimentos ligados à conquista da liberdade e da democracia são considerados fundamentais para os jovens dos dois países.

Os 'descobrimentos' foram o segundo acontecimento mais evocado pelos inquiridos portugueses (79,7%; M=6,4), sendo o seu impacto considerado muito positivo. Tratando-se de um acontecimento bastante remoto, a sua elevada saliência deve-se ao facto de este ser constantemente reactualizado nos manuais escolares e nos *media*, onde é apresentado como o momento mais 'glorioso' da história nacional[9].

Os acontecimentos relativos ao colonialismo e ao processo de descolonização assumem também um papel central nas evocações dos participantes portugueses. Contrariamente aos descobrimentos, cujo impacto na história nacional é considerado consensualmente positivo, o colonialismo (16,1%; M=2,18) suscita emoções negativas, sendo a Guerra Colonial (10,2%; M=1,27) considerada o acontecimento mais negativo da história de Portugal. Por seu turno, a 'descolonização' afigura-se como o acontecimento mais polémico, uma vez que as opiniões sobre a sua valência cobrem todo o espectro da escala, desde as mais positivas às mais negativas, o que dá origem a uma média de impacto que pouco se distância do ponto neutro da escala (16,1%; M=3,53).

Assim a Guerra, que os portugueses designam como Guerra Colonial e os guineenses designam de Guerra da Libertação, foi mencionada por 44,25% dos guineenses e por 10,2% dos portugueses. Enquanto para os portugueses este acontecimento é considerado o mais negativo da história nacional, suscitando *revolta* e *tristeza*, no seio dos guineenses verifica-se uma mistura de emoções e globalmente consideram ter tido um impacto positivo na história nacional.

[9] Sobre a importância que os jovens portugueses conferem à história nacional, ver por exemplo: Miranda, 2002.

Tabela 2 – História da Guiné-Bissau: as personalidades mais referidas

PERSONALIDADES	%	IMPACTO
Amílcar Cabral	89,08	6,19
Nino Vieira	85,63	2,80
Kumba Ialá	39,08	2,28
Luís Cabral	35,63	5,25
Ansumane Mané	29,31	2,40
Titina Silá	28,74	6,51
Henrique Rosa	23,56	6,54
Carlos Gomes Júnior	18,97	6,41
D. Settímio Ferrazeta	12,07	6,86
Domingos Ramos	10,34	6,06

Nota: % = percentagem de evocação espontânea. Escala de impacto: 1= muito negativo; 7 = muito positivo.

Tal como se verificou em relação aos acontecimentos, as dez personalidades mais referidas pelos jovens guineenses estão associadas, por um lado, à luta pela libertação nacional (Amílcar Cabral, João Bernardo Vieira, Luís Cabral, Ansumane Mané, Titina Silá e Domingos Ramos) e/ou à situação política das últimas duas décadas (Nino Vieira, Ansumane Mané, Kumba Ialá, Henrique Rosa, Carlos Gomes Júnior).

Amílcar Cabral ocupa o primeiro lugar na lista das personalidades consideradas mais importantes na história da Guiné-Bissau, sendo o seu impacto considerado muito positivo (89,08%; M=6,19), suscitando nos inquiridos sentimentos de *admiração*, *simpatia* e *orgulho*. Este eterno rosto da luta pela libertação da Guiné e Cabo Verde é admirado pelos jovens de ambos os países[10].

Quando se fala de Cabral é com um misto de alegria, saudosismo e tristeza pela personalidade que se perdeu e pelo assassínio que foi cometido no dia 10 de Janeiro de 1973, alguns meses antes da proclamação da independência pela qual ele tanto ansiava. As circunstâncias da sua morte ainda hoje continuam por esclarecer.

Muitos guineenses consideram que, se Amílcar Cabral não tivesse sido assassinado, a Guiné-Bissau teria tido um rumo completamente distinto do que tem

[10] Os resultados obtidos em Cabo Verde foram muito semelhantes, já que Amílcar Cabral foi também a personalidade considerada mais referida (90,08%; M=6,90). Tal como os guineenses, também os cabo-verdianos referiram a Morte de Amílcar (25,62%; M=2,19) como um importante acontecimento nacional (Cf: Cabecinhas e Évora, 2008).

presentemente. Porque Cabral era um homem de visão, um homem cuja inteligência e competências seriam usadas para o pleno desenvolvimento do país, tendo como base a união entre os povos e a dignidade de cada ser humano[11]. Esta ideia, difundida através de rádios durante as comemorações do nascimento e morte de Amílcar Cabral, foi mencionada nas diversas entrevistas exploratórias efectuadas junto de guineenses de várias faixas etárias.

Nino Vieira, actual presidente da República, é referido por 85,63% dos inquiridos, sendo o seu impacto considerado negativo (M=2,8). Seguem-se Kumba Ialá (39,08%; M=2,28), Luís Cabral (35,63%; M=5,25) e Ansumane Mané (29,31%, M=2,4). À excepção de Luís Cabral, estas personalidades são associadas a emoções negativas. Nino Vieira foi o presidente da República que mais tempo permaneceu no poder. Assumiu a presidência depois do golpe de 1980 e só em 1999 abandonou o cargo devido ao conflito político-militar. Apesar de ter dado um passo fulcral na democratização do país com a legitimação de outros partidos políticos e com as leis de liberdade de imprensa, o seu mandato foi marcado por acusações de censuras aos órgãos de Comunicação Social e de violações de Direitos Humanos. Em 2005 concorre e ganha as eleições presidenciais voltando, assim, ao comando da Nação.

Kumba Ialá, eleito presidente da República depois do exílio de Nino Vieira, também foi deposto através de um golpe militar. Já o Brigadeiro Ansumane Mané foi o principal responsável pelo desencadear do conflito de 1998. Depois da Guerra, o país foi controlado pelos militares até à instalação de um governo de unidade nacional que conduziria às eleições legislativas e presidenciais. Viria a morrer dois anos depois durante um pequeno tiroteio com as forças oficiais em que, alegadamente, tentava levar avante um golpe.

As restantes personalidades que integram os dez mais escolhidos suscitaram sentimentos de *orgulho, alegria* e *admiração* por parte dos inquiridos. Todos foram considerados como pessoas cujo impacto na história foi muito positivo.

À semelhança do que se verificou em Portugal e Cabo Verde, da lista das 10 personalidades consta apenas uma mulher: Titina Silá, combatente da luta de libertação nacional. O dia da sua morte, 30 de Janeiro de 1973, tornou-se o 'Dia Nacional da Mulher guineense', em homenagem às heroínas da Luta de Libertação Nacional[12].

[11] Esta ideia que podemos constatar nas entrevistas exploratórias, é expressa de forma clara no testemunho de Manecas Santos no documentário de Diana Andringa e Flora Gomes: 'Cabral estava muito acima de qualquer um de nós em termos intelectuais... eu penso que com a perda de Cabral nós perdemos um dos elementos essenciais da luta e do desenvolvimento da Guiné. O cérebro capaz de conceptualizar a coisa. Cabral não teve substituto à altura. Acho que não podia ter. E perdemos todos. Perdeu a Guiné, perdeu Cabo Verde e perdeu o mundo de um modo geral'.

[12] Das 45 personalidades referidas, para além de Titina Silá, foram mencionadas mais cinco mulheres, mas com percentagens de evocação muito baixas: Adiato Nandigna (actual Ministra da Cultura), Maria do Céu Silva Monteiro (actual Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau), Odete Semedo (escritora e poetisa), Francisca Pereira (ex-combatente da luta de libertação nacional, tendo assumido vários cargos desde então) e a Rainha Pampa. Curiosamente, a Rainha Pampa é a única personalidade guineense anterior ao século XX a ser referida: trata-se de uma das primeiras mulheres do movimento de resistência nas ilhas

Paralelamente ao que se verificou em relação aos acontecimentos nacionais, podemos constatar algumas convergências nos dois países no que concerne ao tipo de personalidades consideradas mais importantes na história nacional, mas neste caso as divergências ganham maior destaque.

Os inquiridos portugueses colocam no topo das personalidades nacionais um *ditador*: António Oliveira Salazar (77,1%; M=2,25). No caso dos portugueses, Salazar é a única personalidade colocada no *Top 10* cujo impacto na história nacional foi considerado negativo, sendo atribuído às restantes personalidades um impacto positivo. No caso dos guineenses, surgem no *Top 10* três personalidades com tonalidade emocional claramente negativa.

Os políticos estão em maioria nas listagens dos dois países. Em Portugal, para além dos políticos, surgem em lugar de destaque pessoas ligadas às artes (Camões, Fernando Pessoa, Amália Rodrigues), navegadores (Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral) e futebolistas (Eusébio, Luís Figo). Já na Guiné foram mencionados quase exclusivamente políticos e pessoas ligadas à luta pela independência[13]. A única excepção no *Top 10* foi a presença do Bispo Dom Settimio Ferrazeta, que, apesar de não ser político, teve um papel considerado preponderante na situação política guineense, sendo-lhe atribuído um impacto muito positivo pelo papel desempenhado na pacificação da Guiné depois do conflito de '7 de Junho de 1998', suscitando nos inquiridos emoções muito positivas: *admiração* e *alegria*. Isto demonstra que, neste momento, o mais marcante na mente dos participantes são os aspectos relativos às guerras e à instabilidade política; trata-se de história vivida com grande intensidade emocional.

3. Representações da colonização e relações pós-coloniais

> Nós desejamos na nossa terra que cada português, amanhã, se sinta em sua casa. Nós queremos fazer uma Pátria livre, onde cada homem, qualquer que seja a sua nacionalidade, se sinta como um homem digno...
>
> *Amílcar Cabral (1966)*

Vamos agora apresentar alguns dos resultados do segundo estudo realizado em ambos os países. Ao contrário do que se verificou no estudo precedente, em que os participantes referiram espontaneamente os acontecimentos que

de Bijagós, no século XIX. Sobre a luta das mulheres guineenses contra o colonialismo, ver por exemplo: Domingues, 2000; Kimble, 1981; Urdang, 1975).

[13] As únicas personalidade ligadas à cultura que foram mencionadas pelos inquiridos guineenses foram o poeta e cantor José Carlos Swartz, o cineasta Flora Gomes e a escritora/poetisa Odete Semedo. A Guiné-Bissau é um país de fortes tradições culturais, onde imperam várias vertentes resultantes da sua diversidade étnica (Nóbrega, 2003).

consideravam mais importantes na história do seu país, neste estudo os participantes foram confrontados com uma série de questões fechadas sobre as suas percepções face à colonização e as suas atitudes relativamente às relações pós-coloniais. As questões foram adaptadas da Escala de Representações e Atitudes face à Colonização desenvolvida por Licata e Klein (2007), escala essa que foi pré-testada previamente junto de estudantes portugueses e guineenses. Por limitações de espaço apresentaremos aqui apenas os resultados referentes a alguns dos itens da referida escala. Os participantes deveriam indicar o seu posicionamento face a cada um dos itens, através de uma escala de sete pontos (1=discordo totalmente; 7=concordo totalmente).
Participaram neste estudo 212 estudantes universitários, 106 guineenses (27 do sexo feminino e 79 do sexo masculino; idade média = 24 anos) e 106 portugueses (55 do sexo feminino e 51 do sexo masculino; idade média = 20 anos).

Tabela 3 – Atitudes face à colonização e relações pós-coloniais

Até que ponto concorda com as seguintes afirmações?	Guiné	Portugal
A colonização, seja qual for a circunstância, é sempre uma coisa má.	4,06* (2,59)	3,41 (1,55)
Não podemos julgar os colonizadores com base nos valores de hoje.	3,92* (2,35)	5,02 (1,52)
Os países colonizadores ainda hoje beneficiam das suas acções coloniais.	4,79 (1,31)	4,35 (1,32)
Em geral, os países colonizadores tiveram boas acções para com os colonizados.	2,75 (2,06)	3,19 (1,29)
A situação das ex-colónias era melhor durante o período colonial do que é agora.	3,32 (2,23)	4,00* (1,39)
Os Governos europeus deviam pedir desculpas publicamente pela colonização.	5,82 (1,90)	3,49 (1,74)
Os Governos europeus deviam oferecer compensações às suas antigas colónias.	6,33 (1,48)	3,86* (1,70)
A colonização criou laços de amizade entre os países europeus e as suas ex-colónias.	5,29 (2,13)	4,38 (1,27)

Escala de opinião: 1=discordo totalmente; 7=concordo totalmente. Os valores indicam a média de resposta e o desvio-padrão (entre parêntesis). Itens assinalados com um asterisco* não diferem significativamente do ponto neutro da escala.

Para cada um dos itens da escala foram efectuados testes de comparação de médias para amostras independentes, de modo a averiguar a existência ou não de diferenças estatisticamente significativas nas opiniões dos jovens guineenses e portugueses que participaram neste estudo. Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas em relação a todos os itens ($p<0.05$), com a excepção dos itens 3 e 4, onde se observaram diferenças tendencialmente significativas ($p < 0.10$).

Para cada uma das amostras foram ainda efectuados testes de comparação de cada item com o ponto médio da escala (neste caso = 4) para averiguar até que ponto a opinião dos inquiridos diferia ou não do ponto neutro. Os casos em que a média de resposta não diferiu significativamente do ponto neutro da escala estão assinalados com um asterisco na Tabela 3.

O primeiro item da escala visa medir a atitude geral em relação à colonização enquanto o segundo mede a relativização da colonização. Em relação ao primeiro item – *A colonização, seja qual for a circunstância, é sempre uma coisa má* –, a média de resposta dos guineenses (M = 4,06) não difere significativamente do ponto neutro da escala, o que se deve à grande divergência de opinião no seio dos guineenses, como se pode constatar pelo elevado valor do desvio-padrão (SD = 2,59). Em contrapartida, em média os portugueses discordaram da afirmação (M = 3,41).

Em relação ao segundo item – *Não podemos julgar os colonizadores com base nos valores de hoje* –, mais uma vez se observa uma grande divergência de opiniões dentro do grupo dos guineenses, o que se traduz numa média que não difere do ponto neutro (M = 3,92; SD = 2,35). Por seu turno, os portugueses manifestaram concordância com a afirmação (M = 5,02; SD = 1,52). Assim, nos guineenses verifica-se uma grande variabilidade de opiniões, indicando que o assunto não é consensual dentro do grupo, enquanto os portugueses em ambos os casos relativizam a colonização: de um modo geral manifestam o seu desacordo face à afirmação de que a colonização é 'sempre uma coisa má' e concordam claramente que 'não podemos julgar os colonizadores com base nos valores de hoje'. Este padrão de resposta é claramente defensivo, de modo a proteger a auto-estima nacional.

Nos dois itens seguintes, as respostas dos guineenses e dos portugueses vão na mesma direcção. Ambos os grupos concordam que '*os países colonizadores ainda hoje beneficiam das suas acções coloniais*', embora o nível de acordo com esta afirmação seja maior entre os guineenses (M=4,79) do que entre os portugueses (M=4,35), o que se traduz numa diferença tendencialmente significativa entre os grupos ($p<0,090$). Ambos os grupos manifestaram o seu desacordo com a afirmação '*em geral, os países colonizadores tiveram boas acções para com os colonizados*', embora o nível de desacordo com esta afirmação seja maior entre os guineenses (M=2,75) do que entre os portugueses (M=3,19), o que se traduz numa diferença tendencialmente significativa entre

os grupos ($p<0,068$). Assim, em relação a estes dois itens são as respostas dos portugueses que mais se aproximam do ponto neutro, enquanto os guineenses manifestam claramente posições a favor ou contra.

Relativamente a compensações morais ou financeiras, as opiniões de guineenses e portugueses diferem claramente ($p<0,001$). Os guineenses consideram que os governos europeus deviam pedir desculpas publicamente pela colonização ($M=5,82$) e deviam oferecer compensações financeiras às suas ex-colónias ($M=6,33$). Já os portugueses tendem a discordar de ambas as medidas, especialmente com a primeira ($M=3,49$).

Por último, os guineenses concordam que '*a colonização criou laços de amizade entre os países europeus e as suas ex-colónias*' (embora se verifique alguma divergência de opiniões no seio do grupo, a média é claramente positiva: $M=5,29$; $SD=2,35$). Já os portugueses parecem estar mais reticentes, uma vez que a resposta a este item se aproxima do ponto neutro ($M=4,38$; $SD=1,27$).

Na última parte do questionário foram colocadas questões sobre os níveis de identificação do participante com diversos grupos. Dado o carácter comparativo desta pesquisa, foram medidos os níveis de identificação não só com os grupos de pertença dos participantes, mas também com outros grupos de comparação considerados relevantes no âmbito deste estudo.

Os níveis de identificação foram medidos através de escalas fechadas de sete pontos: para cada grupo o inquirido deveria indicar em que medida se sentia identificado ou não (1=nada identificado; 7=muito identificado). Em cada país foram medidos os níveis de identificação nacional, supra-nacional, étnica e linguística. Vamos referir apenas os dados relativos à identificação nacional.

Ambos os grupos manifestam elevados níveis de identificação com o seu próprio grupo nacional: guineenses ($M=6,55$) e portugueses ($M=5,98$). No entanto, verifica-se uma assimetria no padrão de identificação com o exogrupo: em média os guineenses identificam-se mais com os portugueses ($M=3,19$) do que os portugueses com os guineenses ($M=2,51$). Estes dados poderão ser explicados à luz do processo de colonização, baseado numa relação profundamente assimétrica entre colonizador e colonizados, que pressuponha maior ligação dos colonizados ao país colonizador do que o contrário[14].

Confrontando os dados dos níveis de identificação com os relativos às atitudes face à colonização, verificamos que apesar de a colonização ser encarada de forma mais negativa pelos guineenses do que pelos portugueses, os guineenses tendem a considerar que '*a colonização criou laços de amizade entre os países europeus e as suas ex-colónias*', aspecto relativamente ao qual os portugueses

[14] Tal é bem visível nos manuais escolares durante o período colonial: os estudantes no 'Ultramar' deveriam aprender a geografia e a história de Portugal, mas não era exigido aos estudantes na metrópole o conhecimento, em igual nível de profundidade, da geografia das colónias, sendo a história e tradições culturais completamente descuradas.

parecem estar mais reticentes. Pensamos que esta abertura da parte dos guineenses poderá dever-se a uma herança do pensamento de Amílcar Cabral, que sempre alertou para o facto de a luta ser contra o colonialismo português e não contra o povo português. No início do documentário *As duas faces da Guerra*, Diana Andringa recorda a surpresa que sentiu na sua primeira visita à Guiné: 'a primeira surpresa foi a inexistência de ódio, onze anos de guerra, milhares de mortos, centenas de presos depois, o que me repetiam era uma frase de Amílcar Cabral *não lutamos contra o povo português, mas contra o colonialismo*'.

Como referimos na introdução deste trabalho, frequentemente as memórias de conflitos passados constituem um entrave ao diálogo entre grupos e comprometem as suas relações futuras. A boa gestão das memórias colectivas constitui um elemento crucial para o sucesso dos processos de reconciliação e para a possibilidade de um verdadeiro diálogo entre grupos. Neste caso, uma boa gestão das memórias da colonização pressupõe uma atenção em pé de igualdade para ambas as 'faces' desta complexa questão. O trabalho sobre estas memórias 'comuns', mas com significados tão desiguais, é fundamental para as relações pós-coloniais entre guineenses e portugueses, tanto no plano das relações internacionais, mas também nas vivências quotidianas da diáspora portuguesa na Guiné e da diáspora guineense em Portugal.

Referências bibliográficas

Amâncio, L. (1998). Sexismo e Racismo – Dois exemplos de exclusão do 'Outro'. *In* H. G. de Araújo: M. Santos, e P. C. Seixas (coords.). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa* (pp. 79-88). Porto: S.P.A.E.

Andringa, D. & Gomes, F. (2007). *As Duas Faces da Guerra*. LxFilmes.

Baptista, M. M. (2006). A Lusofonia não é um jardim. Ou da necessidade de 'perder o medo às realidades e aos mosquitos'. *In* Martins, M., Sousa, H., & Cabecinhas, R. (eds.). *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras.

Bull, B. P. (1989). *O Crioulo da Guiné-Bissau – Filosofia e sabedoria*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Cabecinhas, R. (2007). *Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras.

Cabecinhas, R. & Amâncio, L. (2003). A naturalização da diferença: Representações sobre *raça* e *grupo étnico*. Actas da III Jornada Internacional sobre Representações Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Maison des Sciences de l'Homme. [https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1598].

Cabecinhas, R., & Évora, S. L. (2008). Visões do mundo e da nação: jovens cabo-verdianos face à história. *In* Martins, M. & Pinto, M. (orgs.) *Comunicação e Cidadania. Actas do 5.º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Universidade do Minho, Braga. [http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/5sopcom]

Cabecinhas, R., Lima, M., & Chaves, A. (2006). Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história (pp. 67-92). *In* J. Miranda & M. I. João (eds.) *Identidades Nacionais em Debate*. Oeiras: Celta. [http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6165].

Cabral, A. (1960). Memorandum enviado ao Governo Português pelo PAIGC. Arquivo Amílcar Cabral, Fundação Mário Soares. [http://www.fmsoares.pt]

Cabral, A. (1966). Alocução aos microfones da emissora 'A voz da liberdade', emissão de 2 de Julho de 1966. Arquivo Amílcar Cabral, Fundação Mário Soares. [http://www.fmsoares.pt]

Cunha, L. (2006). *Memória Social em Campo Maior: Usos e Percursos da Fronteira*. Lisboa: Dom Quixote.

Deschamps, J.-C. (1982). Social identity and relations of power between groups. *In* H. Tajfel (ed.). *Social Identity and Intergroup Relations* (pp. 85-98). Cambridge: Cambridge University Press.

Doise, W. (1982). *L'Explication en psychologie sociale*. Paris: Presses Universitaires de France.

Domingues, M. M. (2000). *Estratégias Femininas entre as Bideiras de Bissau*. Tese de Doutoramento em Antropologia Social. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Évora, S. L. & Sousa, H. (2008). O mapa político e a liberdade de imprensa na Guiné-Bissau (pp. 79-92). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2007*. Porto: Campo das Letras.

Governo da República da Guiné-Bissau (2008). History. [http://www.republica-da-guine-bissau.org]; consultado a 30 de Abril de 2008.

Governo da República Portuguesa (2008). História. [http://www.portugal.gov.pt]; consultado a 30 de Abril de 2008.

Halbwachs, M. (1925/1994). *Les Cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel.

Halbwachs, M. (1950/1997). *La Mémoire collective*. Paris: Albin Michel.

Kimble, J. (1981). 'The Struggle within the Struggle'. *Feminist Review*, 8, 107-111.

Koudawo, F. (2001). *Cabo Verde e Guiné-Bissau – Da democracia revolucionária à democracia liberal*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

Laszlo, J. (2003). History, identity and narratives. *In* J. Laszlo & W. Wagner (eds.), *Theories and Controversies in Societal Psychology* (pp. 180-192). Budapest: New Mandate Publishers.

Licata, L., & Klein, O. (2007). A scale of representations and attitudes towards colonization. Manuscrito não publicado, Bruxelas.

Licata, L., Klein, O., & Gely, R. (2007). Mémoire des conflits, conflits de mémoires : Une approche psychosociale et philosophique du rôle de la mémoire collective dans les processus de réconciliation intergroupe. *Social Science Information, 46*(4), 563-589.

Liu, J. H., & Hilton, D. (2005). How the past weighs on the present: Towards a social psychology of histories. *British Journal of Social Psychology*, 44, 537-556.

Liu, J. H., Paez, D., Slawuta, P., Cabecinhas, R., Techio, E., Kokdemir, D., Sen, R., Vincze, O., Muluk, H., Wang, F., Yat-sen, S., Zlobina, A. (2008). Representing World History in the 21st Century: The impact of 9-11, the Iraq War, and the Nation State on Dynamics of Collective Remembering. *Journal of Cross-Cultural Psychology* (no prelo).

Martins, M., Sousa, H., & Cabecinhas, R. (eds.). *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras.

Miranda, J. C. (2002). *A Identidade Nacional. Do mito ao sentido estratégico*. Oeiras: Celta.

Moscovici, S. (1998). The history and actuality of social representations. *In* U. Flick (ed.). *The Psychology of the Social* (pp. 209-247). Cambridge: Cambridge University Press.

Nóbrega, A. (2003) *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa.

Paez, D., Liu, J. H., Techio, E., Slawuta, P., Zlobina, A., & Cabecinhas, R. (2008). 'Remembering' World War II and Willingness to Fight: Socio-Cultural Factors in the Social Representation of Historical Warfare across 22 Societies. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 39, 373-380.

Sangreman, C., Sousa Jr., F., Zeverino, G. & Barros, M. (2006). *A Evolução Política Recente na Guiné-Bissau*. Lisboa: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão.

Santos, B. S. (2001). Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. *In* M. I. Ramalho & A. Sousa Ribeiro (orgs.) *Entre Ser e Estar: raízes, percursos e discursos de identidade*, pp. 23-113. Porto: Afrontamento.

Sobral, J. M. (2006). Memória e identidade nacional: considerações de carácter geral e o caso português. *In* Silva, M. C. (org.) *Nação e Estado: Entre o Global e o Local*. Porto: Afrontamento.

Sousa, H. (2006). A Mobilização do Conceito de Lusofonia. O caso dos canais internacionais da RTP. *In* Martins, M., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (eds.). *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras.

Tajfel, H. (1981/1983). *Grupos Humanos e Categorias Sociais* (Vols. 1 e 2). Lisboa: Livros Horizonte.

Urdang, S. (1975). Fighting Two Colonialisms: The Women's Struggle in Guinea-Bissau. *African Studies Review*, 18, 29-34.